ISSN: 2358-8829

CORPOS, INCLUSÃO E PRODUÇÃO DE SABERES: DESLOCAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS NO ENSINO SUPERIOR

Danielle Leite de Oliveira Gusmão[1]

Marcia Oliveira Moraes[2]

INTRODUÇÃO

A inclusão no ensino superior costuma ser discutida a partir da garantia de acesso, da identificação de barreiras e da oferta de adaptações destinadas a estudantes com deficiência ou outras condições que afetam sua participação acadêmica. Essas dimensões são indispensáveis, mas podem se tornar insuficientes quando a inclusão é compreendida como uma resposta técnica a uma condição individual, sem que sejam interrogadas as relações, os tempos, os espaços e as práticas institucionais que tornam possível ou dificultam a permanência na universidade.

Essa questão ganha relevo quando as trajetórias universitárias são atravessadas por demandas complexas de cuidado. A expressão não se refere simplesmente à soma de diagnósticos, nem atribui complexidade a uma pessoa como característica intrínseca. Refere-se aos arranjos que se tornam necessários quando condições corporais, tratamentos, necessidades de acessibilidade, responsabilidades cotidianas, relações afetivas, condições materiais e exigências acadêmicas se entrelaçam. A complexidade, portanto, não está apenas no corpo ou na condição vivida: também se produz nas relações e no trabalho necessário para criar condições de estar, participar e permanecer.

Este artigo é um recorte teórico-reflexivo da pesquisa de doutorado em Psicologia intitulada “Vidas que se Tecem: Interdependência e narrativas de alunos em situação de inclusão nas trajetórias universitárias”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa busca compreender como estudantes cujas trajetórias universitárias são atravessadas por demandas complexas de

[1]Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); leitegusmao@id.uff.br.
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e orientadora da pesquisa; marciamoraes@id.uff.br.

ISSN: 2358-8829

cuidado narram modos de estar e permanecer na universidade, e como vínculos, práticas de cuidado e redes de interdependência participam da composição dessas trajetórias.

A questão que orienta esta reflexão é: o que se torna visível sobre a vida universitária quando as demandas complexas de cuidado deixam de ser tratadas como problemas individuais e passam a ser compreendidas a partir das relações que sustentam a participação e a permanência? O objetivo é problematizar como essa mudança de perspectiva produz deslocamentos epistemológicos no debate sobre inclusão no ensino superior, especialmente ao reconhecer a interdependência como condição da vida coletiva e os corpos como lugares situados de produção de saberes.

O argumento desenvolvido articula três dimensões: cuidado e interdependência; produção relacional de conhecimento por meio do PesquisarCOM (Moraes, 2010) e das narrativas encarnadas; e disputa entre temporalidades corporais e exigências de produtividade acadêmica. Em diálogo com os estudos da deficiência, a ética feminista do cuidado e as perspectivas crip, sustenta-se que a inclusão não se esgota na disponibilização de recursos individualizados. Ela exige atenção aos arranjos materiais, relacionais e institucionais que fazem a vida acadêmica acontecer e que, muitas vezes, permanecem naturalizados.

Como a pesquisa está em andamento, o texto não apresenta resultados finais de entrevistas ou de acompanhamento sistemático de participantes. Sua contribuição consiste em aprofundar uma problematização teórico-metodológica que emerge da questão de pesquisa e da posição situada de quem a escreve, articulando-a a referências que permitem interrogar os modos dominantes de compreender deficiência, cuidado, autonomia e produção de conhecimento.

METODOLOGIA

O artigo assume caráter teórico-reflexivo e se desenvolve no âmbito de uma pesquisa de doutorado em andamento, orientada pela pesquisa narrativa e pelo método PesquisarCOM (Moraes, 2010). A operação analítica consistiu em colocar em relação a questão e os objetivos do trabalho com seus eixos de reflexão — localização da autora, as demandas complexas de cuidado, vínculos e redes de sustentação, temporalidades e corpos crip — e com a literatura mobilizada para discutir interdependência, cuidado e produção de saberes.

ISSN: 2358-8829

O PesquisarCOM, conforme elaborado por Moraes (2010), não se reduz a uma técnica de coleta de informações. Trata-se de uma orientação ética, política e epistemológica para produzir conhecimento com outras pessoas, reconhecendo que o encontro, as condições de participação e a posição de quem pesquisa compõem o próprio processo investigativo. A preposição "COM" marca uma recusa à ideia de que a pessoa pesquisada seja apenas objeto de descrição ou fonte de dados, e exige atenção aos efeitos das relações estabelecidas no campo.

A pesquisa narrativa é compreendida como forma de acompanhar experiências em movimento e de produzir inteligibilidade sem reduzir as trajetórias a uma sequência linear de fatos. Silveira (2013) permite pensar a narrativa como estratégia metodológica e política: a escrita não apenas apresenta algo que já estaria pronto, mas seleciona, conecta e torna perceptíveis relações, tensões e sentidos. Essa perspectiva dialoga com Moraes e Tsallis (2016), para quem a escrita acadêmica também expressa uma posição no mundo e uma maneira de compor relações.

Os resultados discutidos neste artigo são apresentados como eixos de problematização teórico-analítica, e não como achados empíricos conclusivos. Não são reproduzidas entrevistas, nem atribuídas falas a estudantes participantes. A utilização de narrativas e de outros materiais empíricos na pesquisa doutoral deverá observar os procedimentos éticos e institucionais aplicáveis, incluindo os cuidados relativos à privacidade, ao consentimento e ao uso de registros, quando pertinentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Cuidado e interdependência: para além da autonomia individual

A interdependência constitui um ponto de partida para deslocar a imagem de um sujeito autônomo, capaz de realizar suas atividades de modo independente e constante. A vida cotidiana é sustentada por relações, infraestruturas, conhecimentos, objetos e arranjos que raramente são percebidos quando funcionam sem interrupções. A dependência de outras pessoas costuma se tornar visível em momentos de adoecimento, deficiência, crise ou necessidade de apoio; entretanto, isso não significa que a interdependência esteja restrita a essas situações. Ela compõe a condição ordinária da vida humana.

ISSN: 2358-8829

Na discussão sobre cuidado de pessoas com deficiência que vivenciam demandas complexas, Gesser, Zirbel e Luiz (2022) defendem que o cuidado deve ser compreendido como questão de justiça, e não apenas como responsabilidade privada de famílias ou como resposta individual a uma necessidade. Essa abordagem permite questionar a distribuição desigual do trabalho de cuidado e as formas pelas quais capacitismo e familismo podem limitar o reconhecimento das necessidades e a oferta de apoios. No ensino superior, a questão convoca a instituição a assumir responsabilidade pelas condições de participação, em vez de transferir todo o trabalho de adaptação ao estudante e à sua rede pessoal.

A contribuição de Mol (2008) também ajuda a distinguir o cuidado de uma intervenção pontual ou de uma escolha individual isolada. A lógica do cuidado se constitui em práticas contínuas, colaborativas e ajustadas às condições concretas da vida. Cuidar envolve observar o que acontece, reconhecer mudanças, negociar possibilidades e refazer arranjos. Essa perspectiva não oferece uma solução universal, mas convida a perguntar quais apoios fazem diferença em cada situação, quem participa de sua construção e como as práticas podem ser revistas diante de necessidades que se transformam.

Pensar a permanência universitária a partir da interdependência implica, assim, não opor cuidado e autonomia. A autonomia não precisa significar autossuficiência ou ausência de apoio; pode ser compreendida em relação às condições que permitem a uma pessoa decidir, participar e conduzir seu percurso. Apoios adequados não diminuem necessariamente a agência do estudante. Podem, ao contrário, torná-la possível, desde que sejam construídos com ele, reconheçam suas escolhas e não o reduzam à condição de alguém que recebe cuidado.

PesquisarCOM, narrativas encarnadas e produção de saberes

O PesquisarCOM oferece uma base para deslocar a relação entre quem conhece e quem é conhecido. Em vez de pressupor que a pesquisadora possa observar de fora e produzir uma descrição neutra da experiência alheia, Moraes (2010) propõe uma prática de pesquisa que se faz na relação e que precisa acompanhar as consequências dessa composição. O conhecimento não é simplesmente extraído de uma pessoa ou de um acontecimento: ele se produz em encontros situados, atravessados por condições materiais, afetos, tecnologias, expectativas e assimetrias.

ISSN: 2358-8829

Esse compromisso torna-se particularmente importante em pesquisas sobre deficiência, pois as narrativas acadêmicas foram frequentemente organizadas em torno da falta, do déficit ou da distância em relação a um padrão corporal presumido. Kastrup e Guerreiro (2025) problematizam o apagamento de narrativas construídas a partir da experiência da deficiência e defendem a necessidade de criar condições para que essa experiência participe da produção de conhecimento, sem ser homogeneizada ou submetida a relações hierárquicas entre quem pesquisa e quem é pesquisado.

Reconhecer a experiência como dimensão de conhecimento não significa supor que toda experiência fale por si, nem que a proximidade elimine a necessidade de análise. A posição de quem pesquisa precisa ser explicitada e interrogada; do mesmo modo, as narrativas exigem escuta, contexto e cuidado na escrita. Moraes e Tsallis (2016) permitem compreender a escrita acadêmica como prática que participa da composição de mundos e relações. Silveira (2013), por sua vez, ajuda a entender que narrar não é apenas reproduzir acontecimentos, mas produzir ligações entre tempos, cenas e afetos, tornando perceptíveis dimensões que poderiam permanecer dispersas.

A noção de cripistemologia, discutida por Greiner (2023), aprofunda esse deslocamento ao interrogar a produção de saberes a partir de corpos que desestabilizam normas de capacidade, cognição e produtividade. O argumento não é que a dor ou a deficiência produzam conhecimento automaticamente, tampouco que o sofrimento deva ser romantizado. Trata-se de reconhecer que experiências frequentemente tratadas como inadequadas ou incapacitantes podem oferecer perspectivas críticas sobre os próprios critérios que definem o que conta como conhecimento, racionalidade, autonomia e participação.

Desse ponto de vista, a produção de saberes não está separada dos corpos que pesquisam e vivem os problemas investigados. Corpos não são recipientes passivos de diagnósticos: participam das relações, percebem barreiras, elaboram estratégias, solicitam apoios e produzem interpretações. Considerá-los como produtores de conhecimento exige, porém, não instrumentalizar a experiência pessoal nem convertê-la em modelo universal. A tarefa é criar condições de diálogo entre experiências singulares, análise conceitual e crítica das normas institucionais.

Corpos crip e temporalidades acadêmicas

ISSN: 2358-8829

As universidades organizam grande parte de suas atividades por calendários, prazos, jornadas, frequências, avaliações e expectativas de desempenho. Embora essas formas de organização sejam frequentemente tratadas como neutras, pressupõem determinados modos de presença e de funcionamento corporal: disponibilidade contínua, ritmo regular, capacidade de responder dentro de prazos estáveis e poucas interrupções. Para estudantes que vivem condições crônicas, deficiências, tratamentos ou outras demandas complexas de cuidado, essas expectativas podem entrar em tensão com os ritmos do corpo e da vida cotidiana.

Kafer (2013) propõe uma leitura política da deficiência que permite questionar os futuros e as temporalidades definidos a partir da capacidade corporal presumida. Samuels (2017), ao elaborar a noção de crip time, evidencia que o tempo da deficiência não pode ser entendido apenas como uma extensão quantitativa do prazo. Ele pode envolver pausas, desvios, ritmos instáveis, esperas e reorganizações que desafiam a expectativa de continuidade. Fietz (2023), ao discutir cuidado e deficiência, também mostra a importância de reconhecer temporalidades que se produzem nas relações de cuidado e que nem sempre coincidem com a organização institucional do tempo.

O tempo crip, nessa perspectiva, não deve ser reduzido a uma adaptação individual que autoriza alguém a realizar a mesma tarefa um pouco mais devagar. Ele permite interrogar o próprio arranjo temporal: por que a aula, a avaliação ou o percurso formativo precisam funcionar em ritmo único? Quais mudanças podem ser realizadas para que diferentes modos de presença e aprendizagem participem do espaço comum? A questão não é retirar o estudante da vida coletiva para acomodar sua diferença, mas transformar as condições em que essa vida coletiva se organiza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta reflexão são apresentados como eixos analíticos provisórios, construídos na articulação entre o problema de pesquisa, a escrita situada e o referencial teórico. Eles não correspondem a conclusões finais sobre as narrativas dos estudantes, mas tornam explícitas questões que orientam o aprofundamento do estudo.

O primeiro deslocamento consiste em deixar de localizar a complexidade exclusivamente no indivíduo. Quando uma trajetória universitária exige conciliar tratamento, dor, alterações de mobilidade, responsabilidades familiares, necessidades

ISSN: 2358-8829

sensoriais, prazos acadêmicos e acesso a recursos, não se está diante de uma soma de características pessoais. O que emerge é um arranjo situado, no qual corpos, objetos, pessoas, normas e tempos se afetam mutuamente. A dificuldade de permanecer não pode ser explicada apenas por uma condição clínica, pois depende também das condições em que a universidade organiza a participação.

No trabalho, a expressão "demandas complexas de cuidado" é utilizada justamente para afastar uma definição baseada na quantidade de diagnósticos. A complexidade se produz nos modos como certas condições atravessam o cotidiano e convocam a criação de arranjos que não estão necessariamente disponíveis de antemão. Essa definição permite seguir as práticas concretas: quem acompanha uma consulta; como se reorganiza uma atividade quando o corpo exige repouso; que tecnologia ou adaptação possibilita participar; quem negocia uma mudança de prazo; como se distribuem as tarefas quando uma pessoa não consegue realizá-las sozinha naquele momento.

Esse deslocamento amplia a própria pergunta sobre acessibilidade. Em lugar de indagar apenas qual recurso precisa ser concedido a determinado estudante, é necessário perguntar quais relações e condições precisam ser compostas para que a participação aconteça. Recursos individualizados permanecem importantes, mas não resolvem, por si só, a dimensão relacional da experiência. Uma adaptação pode existir formalmente e, ainda assim, não ser suficiente quando os processos de comunicação, o tempo de resposta, a atitude dos docentes ou a coordenação entre setores inviabilizam seu uso efetivo.

A perspectiva de Gesser, Zirbel e Luiz (2022) ajuda a compreender que o cuidado não pode ser tratado como favor, atributo moral de pessoas especialmente generosas ou obrigação exclusiva da família. Em contexto universitário, o cuidado também demanda políticas, responsabilidades distribuídas e continuidade institucional. Quando o apoio depende apenas de vínculos informais, pode ser instável e desigual: alguns estudantes encontram pessoas dispostas a negociar, enquanto outros precisam insistir repetidamente para que necessidades semelhantes sejam reconhecidas.

O segundo eixo compreende a permanência como processo coletivo. A possibilidade de negociar responsabilidades, receber apoio de pessoas próximas e contar com manifestações de disponibilidade no espaço universitário não eliminou as dificuldades do período, mas integrou as condições que permitiram reorganizar o

ISSN: 2358-8829

percurso. Essa narrativa é mobilizada aqui como localização da autora e origem de perguntas, não como substituta da experiência dos estudantes participantes.

Essa experiência situada dialoga com outra dimensão da reflexão: no cotidiano institucional, as demandas de inclusão podem ser tratadas como solicitações externas ao funcionamento regular do ensino, ou como problemas que caberia ao próprio estudante administrar. Quando isso ocorre, a instituição corre o risco de supor que seu papel termina após informar a existência de um serviço ou disponibilizar um recurso. A pergunta sobre permanência exige examinar o que acontece depois: se o recurso chega a tempo, se os diferentes setores se comunicam, se o estudante precisa repetir sua história, se a organização pedagógica pode ser negociada e se os apoios continuam disponíveis quando as necessidades mudam.

As redes de sustentação incluem relações afetivas, pares, familiares, docentes, equipes técnicas e dispositivos institucionais. Não se trata de idealizar todas essas relações: vínculos podem sustentar, mas também podem produzir constrangimento, vigilância, dependência imposta ou sobrecarga. O interesse analítico está em acompanhar como essas redes se constituem, quais responsabilidades assumem, que apoios oferecem e que tensões produzem. A interdependência não significa harmonia; ela torna visíveis as relações de poder e as negociações por meio das quais a participação se torna possível ou é bloqueada.

A noção de cuidado de Mol (2008) contribui para compreender que esses arranjos exigem manutenção e ajuste contínuos. Não basta considerar o cuidado como uma resposta que, uma vez entregue, resolve definitivamente a questão. As condições corporais e as exigências acadêmicas se modificam; por isso, os apoios também precisam ser revistos. Essa compreensão tem implicações para núcleos de acessibilidade, coordenações de curso, docentes e gestão universitária: procedimentos claros são fundamentais, mas precisam ser acompanhados de escuta, comunicação entre setores e possibilidade de revisão dos arranjos.

A análise também convida a problematizar a distribuição do trabalho de cuidado. Se a continuidade acadêmica depende de uma rede, é necessário perguntar quem faz o trabalho de articular essa rede e quem suporta seus custos de tempo, energia e recursos. Muitas vezes, esse trabalho recai de forma invisível sobre o próprio estudante ou sobre pessoas próximas, enquanto a instituição aparece apenas como provedora de adaptações

ISSN: 2358-8829

pontuais. A inclusão como responsabilidade coletiva demanda que esse trabalho seja reconhecido, compartilhado e incorporado às práticas institucionais, sem retirar do estudante o direito de participar das decisões sobre sua trajetória.

O terceiro eixo diz respeito ao que os corpos em situação de inclusão podem tornar perceptível sobre as próprias normas do ensino superior. As experiências corporais que exigem pausas, ajustes de ritmo ou mudanças nas formas de presença evidenciam que a temporalidade acadêmica predominante não é natural nem universal. Ela é construída por calendários, regulamentos, práticas pedagógicas e expectativas de produtividade. Ao confrontar essas expectativas, diferentes corpos tornam visíveis os pressupostos que organizam a vida universitária.

A perspectiva crip proposta por Kafer (2013) e Samuels (2017) permite interpretar essas tensões como questões políticas, e não como dificuldades individuais a serem corrigidas para que o estudante volte ao ritmo considerado normal. A necessidade de flexibilizar uma avaliação, reorganizar uma atividade ou renegociar a participação não é necessariamente uma exceção que deva permanecer invisível. Pode revelar os limites de uma organização que toma um único ritmo como medida de competência e compromisso. O deslocamento consiste em reconhecer que a igualdade de participação nem sempre se alcança pela aplicação idêntica de regras; por vezes, ela requer transformar as condições em que as regras operam.

Esse argumento se conecta à produção de saberes. Se a universidade reconhece como conhecimento legítimo apenas aquilo que se apresenta em formas abstratas, desincorporadas e compatíveis com um regime único de produtividade, corre o risco de excluir as experiências que poderiam questionar esses próprios critérios. Greiner (2023) contribui para pensar a cripistemologia como deslocamento das normas que definem quais corpos e modos de conhecer são reconhecidos. A experiência da deficiência não deve ser romantizada nem tomada como garantia de conhecimento mais verdadeiro; deve, contudo, poder participar da formulação de problemas, categorias e interpretações, em condições que não a convertam em objeto passivo.

Nessa direção, o PesquisarCOM não é apenas uma escolha de procedimento. É um compromisso com a produção compartilhada de questões e com a atenção aos efeitos das relações de pesquisa. A contribuição das narrativas encarnadas, conforme discutida por Kastrup e Guerreiro (2025), está em abrir espaço para conhecimentos produzidos a

ISSN: 2358-8829

partir da experiência sem apagar diferenças entre as pessoas ou presumir que uma voz represente todas as demais.

A dimensão epistemológica da inclusão aparece, assim, em duas frentes articuladas. A primeira é institucional: quais corpos podem participar e sob quais condições? A segunda é relativa à produção de conhecimento: quais experiências são consideradas capazes de formular perguntas, tensionar conceitos e transformar práticas? As duas frentes se alimentam mutuamente. Quando a experiência de pessoas com deficiência é reduzida à comprovação de necessidades individuais, perde-se parte da potência crítica que essas experiências podem trazer ao debate sobre temporalidade, cuidado, autonomia, aprendizagem e vida coletiva.

Por fim, a perspectiva interseccional impede que esse deslocamento produza uma nova homogeneização. Nem todas as pessoas com deficiência enfrentam as mesmas barreiras, e redes de cuidado não estão igualmente disponíveis. As condições materiais, as relações de gênero, raça e classe, as responsabilidades familiares e os contextos institucionais compõem trajetórias distintas (CRENSHAW, 2002). Por isso, a aposta em redes de sustentação não deve transformar a família ou a amizade em substitutos de políticas institucionais, nem pressupor que toda pessoa disponha de uma rede capaz de responder às suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo problematizou os deslocamentos que se produzem quando a inclusão no ensino superior é analisada a partir das demandas complexas de cuidado, da interdependência e das relações que sustentam a permanência. Em diálogo com a pesquisa de doutorado em andamento, argumentou-se que essas demandas não podem ser explicadas apenas por diagnósticos ou características individuais: elas emergem das relações entre corpos, condições de vida, redes de apoio e modos institucionais de organizar a participação acadêmica.

A reflexão indica três contribuições articuladas. Primeiro, a interdependência permite reconhecer o cuidado como condição da vida coletiva e questão de responsabilidade institucional, em vez de tratá-lo como favor ou tarefa privada. Segundo, a permanência deve ser compreendida como processo continuamente negociado, que exige redes de sustentação, comunicação entre setores e apoios que possam ser ajustados

ao longo das trajetórias. Terceiro, corpos e temporalidades não normativas podem interrogar pressupostos naturalizados sobre autonomia, produtividade e conhecimento, desde que suas experiências sejam escutadas sem romantização ou homogeneização.

O PesquisarCOM oferece uma orientação ética e epistemológica para esse percurso, ao afirmar que o conhecimento se produz na relação e exige atenção à posição de quem pesquisa e aos efeitos do encontro. Nesse marco, a inclusão não se reduz à garantia formal de acesso nem à oferta de adaptações isoladas. Ela envolve a produção compartilhada das condições materiais, relacionais, temporais e institucionais que permitem estar, participar e permanecer na universidade.

A continuidade da investigação deverá aprofundar a análise das narrativas, acompanhar como as redes de cuidado são construídas e tensionadas e compreender de que maneira os arranjos institucionais favorecem ou dificultam a permanência. Uma agenda de pesquisa comprometida com a inclusão precisa, portanto, considerar tanto as políticas formais de acessibilidade quanto o trabalho cotidiano, frequentemente invisibilizado, que sustenta a vida acadêmica.

Palavras-chave: Interdependência, Cuidado, Redes de sustentação, Inclusão, Ensino superior.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002.

FIETZ, Helena. Espera, cuidado e deficiência: as produções do tempo na trajetória de mães de adultos com deficiência intelectual. Cadernos Pagu, Campinas, n. 67, e236716, 2023. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8673807. Acesso em: 29 out. 2026.

GESSER, Marivete; ZIRBEL, Ilze; LUIZ, Karla Garcia. Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 2, e86995, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286995.

GREINER, Christine. Corpos crip: instaurar estranhezas para existir. São Paulo: n-1 edições, 2023.

KAFER, Alison. Feminist, queer, crip. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

KASTRUP, Virgínia; GUERREIRO, Raquel. Narrativas da deficiência: questões acerca da escrita acadêmica a partir da experiência. PragMATIZES: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói, ano 15, n. 29, p. 31-58, set. 2025. DOI: https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.66795.

MOL, Annemarie. The logic of care: health and the problem of patient choice. London; New York: Routledge, 2008.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (org.). Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. Polis e Psique, Porto Alegre, v. 6, n. especial, p. 39-51, 2016.

SAMUELS, Ellen. Six ways of looking at crip time. Disability Studies Quarterly, v. 37, n. 3, 2017. DOI: https://doi.org/10.18061/dsq.v37i3.5824.

SILVEIRA, Marília. Vozes no corpo, territórios na mão: loucura, corpo e escrita no PesquisarCOM. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.